



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Política de Educação**

## **A AÇÃO EMANCIPATÓRIA DO LAZER COMO INÉDITO VIÁVEL: UMA PROPOSTA PARA ESTUDANTES RESIDENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**NIVIA BARRETO DOS ANJOS<sup>1</sup>**

**NELIAN COSTA NASCIMENTO<sup>2</sup>**

**MEIRELANDE BARRETO ROCHA<sup>3</sup>**

**ANGELO FRANCISCO DE SOUZA<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

O presente artigo aborda sobre a atuação do Núcleo Pedagógico e Psicossocial do Instituto Federal Baiano no desenvolvimento de ações voltadas à permanência de discentes do ensino médio integrado que vivem na residência estudantil. O princípio norteador deste trabalho pauta-se no lazer como um inédito viável a ser atingido, visando alcançar uma EPT emancipatória respaldada pela garantia dos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Lazer; Educação Emancipatória; Inédito Viável; Direitos Humanos; Permanência.

### **ABSTRACT**

This article discusses the role of the Pedagogical and Psychosocial Center of the Federal Institute Baiano in developing actions aimed at ensuring the permanence of high school students integrated into the student residence. The guiding principle of the work is based on leisure as an untested feasibility to be achieved, aiming to accomplish an emancipatory professional and technological education supported by the guarantee of Human Rights.

**Keywords:** Leisure; Emancipatory Education; Untested Feasibility; Human Rights; Permanence.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal Baiano

<sup>2</sup> Instituto Federal Baiano

<sup>3</sup> Instituto Federal Baiano

<sup>4</sup> Instituto Federal Baiano



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 1 INTRODUÇÃO

O que não podemos, como seres imaginativos e curiosos, é parar de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. Não podemos existir sem nos interrogar sobre o amanhã, sobre o que virá, sem nos interrogar em torno de como fazer concreto o 'inédito viável' - demandando de nós a luta por ele. (Freire, 1997, p. 511)

"Inédito viável" é um termo evidenciado por Paulo Freire com bastante intensidade. Em pesquisa realizada, Paro, Ventura e Silva (2020) indicam que a expressão "inédito viável" aparece em nove das 38 obras de Freire analisadas, sejam livros individuais ou em parceria com amigos. Os estudiosos afirmam que ele não realizou definições claras sobre o termo, mas sua viúva, Ana Maria Freire (2014), procurou esclarecer nas notas explicativas do livro *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* que o inédito viável é algo que não foi claramente conhecido e vivido, mas que, "quando se torna um 'percebido destacado' pelos que pensam utopicamente, o problema não é mais um sonho, ele pode se tornar uma realidade." (Freire, A.M., 2014, p. 225).

Neste sentido, Paro, Ventura e Silva (2020, p.4) registram que "Paulo Freire não se preocupou em dar ares de conceito ao termo". Todavia, para os pesquisadores, o educador pernambucano empregou o "inédito viável" nas suas obras em três eixos: 1) Condições e contextos do inédito viável; 2) Exemplos de inédito viável; 3) Sentidos de inédito viável. Além disso, os autores explicam que Freire deixa bem claro que o inédito viável é um projeto no sentido de um futuro mais humano para os sujeitos e que ele deve ser pensado de forma coletiva. "O inédito viável representa uma alternativa que não se situa no campo das certezas, mas sim no das possibilidades" (Paro; Ventura; Silva, 2020, p. 15). Sendo assim, o inédito viável se refere à concretude de possibilidades transformadoras.

O exercício político-pedagógico e a materialização do trabalho socioeducativo do assistente social, de acordo com o pensamento de Silva (2024), são transpassados por inéditos viáveis na realização de atividades emancipatórias. Isso acontece, especificamente, ao atuar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma vez que o profissional de Serviço Social precisa se amparar em concepções teóricas, metodológicas e políticas que possam contribuir na construção deste processo.

Dessa forma, é importante ressaltar que o assistente social que atua na EPT, para



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desenvolver o seu exercício político-pedagógico de modo emancipatório, necessita atuar em equipe multidisciplinar. Evidentemente, existem especificidades, mas a Política de Permanência requer um trabalho em colaboração com outras profissões. Sendo assim, na luta por inéditos viáveis na EPT, o assistente social, o pedagogo, o psicólogo e o coordenador de assuntos estudantis precisam ser parceiros nos projetos sociais para que as atividades sejam realmente emancipatórias.

Com base nos estudos realizados por Silva (2024), é possível construir a seguinte indagação: O exercício político-pedagógico e a materialização do trabalho educativo da equipe social e psicopedagógica na EPT perpassam pelo inédito viável do lazer da comunidade estudantil como uma prática emancipatória?

No intuito de responder a esse questionamento, foi definido o seguinte objetivo geral: abordar sobre o lazer como um inédito viável a ser atingido, visando alcançar uma EPT emancipatória respaldada pela garantia dos Direitos Humanos. A partir disso, os seguintes objetivos específicos foram traçados: 1) Apresentar a categoria lazer como pertencente aos Direitos Humanos da comunidade estudantil na EPT; 2) Levar a comunidade pedagógica que atua na EPT a se conscientizar sobre a necessidade de abraçar coletivamente a luta pelo acesso ao lazer por parte dos estudantes; 3) Demonstrar a importância do lazer estar inserido na Política de Permanência, pois ele está relacionado a uma educação emancipatória.

A aproximação dos autores com o tema se deu em algumas etapas: 1) Por parte da assistente social, por meio de uma disciplina cursada no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, na Universidade Católica do Salvador, na qual a profissional teve a oportunidade de estudar o lazer como categoria teórica referenciada como um Direito Humano. Esses estudos levaram-na a dialogar com a sua equipe de trabalho e juntos refletirem sobre o lazer como um dos fatores preponderantes para a permanência estudantil na EPT; 2) Nos achados da pesquisa realizada pela pedagoga no Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, na Universidade do Estado da Bahia, sobre a ausência de lazer na instituição e o impacto nas condições de aprendizagem e na saúde mental, apontados pelos(as) egressos(as) do IF Baiano; 3) Quanto à psicóloga, pelo apelo constante dos(as) estudantes com solicitações de projetos relativos ao lazer e à qualidade de vida estudantil; 4) E no que se refere ao coordenador de assuntos estudantis, especialmente nas reuniões com o grêmio estudantil e com os pais de alunos(as), nas quais as queixas da ausência do lazer eram constantes, principalmente em relação aos estudantes alocados na residência estudantil, visto que se trata de uma escola localizada em zona rural de difícil acesso.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Na trilha de responder à pergunta levantada, o caminho metodológico traçado por este artigo passa por estudos teóricos que referenciam o lazer como um direito humano e que reforçam a inclusão dessa categoria como essencial dentro da política de permanência, visto que o lazer é fundamental em uma educação emancipatória. Foi, também, esboçada uma metodologia de trabalho para o IF Baiano Campus Santa Inês que poderá se tornar referência para EPT como um todo, pois se trata de um inédito viável que requer luta, mas que se expressa como uma possibilidade transformadora.

Nas considerações finais, este artigo traz, como proposta, que os assistentes sociais, os pedagogos, os psicólogos, os coordenadores de assuntos estudantis e toda a comunidade acadêmica da EPT abracem coletivamente o lazer e lutem efetivamente pela sua sistematização, pois se trata de um inédito viável a ser conquistado.

Acredita-se que este seja um artigo relevante, pois aborda uma questão que não é priorizada, apesar de ser fundamental, principalmente em virtude de tantos cortes orçamentários na EPT, ampliados de forma persistente desde 2017.

Diante do exposto, este trabalho procurará demonstrar que o lazer tem tanta relevância quanto os laboratórios altamente equipados, as salas de aula perfeitamente mobiliadas e o refeitório estudantil que oferta alimentação balanceada, porque ele é sinônimo de educação de qualidade socialmente referenciada.

## **2 A CATEGORIA LAZER COMO EXPRESSÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

A interface entre Serviço Social e Direitos Humanos, conforme estudos realizados por Carvalho (2018), é inerente à identidade profissional. A autora reforça essa concepção ao lembrar que a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS) define o Serviço Social como uma profissão dos Direitos Humanos. O Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social (1999, p. 85) esclarece que “a área do Serviço Social em si mesma tem implícita uma dimensão de Direitos Humanos”. O documento ressalta, ainda, que a FIAS foi criada em 1956 e, desde 1966, tem promovido simpósios e conferências internacionais, tendo como prioridade as questões relacionadas aos Direitos Humanos. Dito isso, pode-se afirmar que:

O foco principal do assistente social como profissional tem o objetivo principal de satisfazer as necessidades humanas, e nesse sentido, os direitos humanos são uma peça-chave nessa prática profissional.[...] É com esse conhecimento profundo dos direitos humanos que os assistentes sociais colaboram para a definição das políticas sociais, além de colocá-las em prática. (Ferreira *et al.*, 2016, p. 291-292,

tradução nossa).<sup>5</sup>

Assim como os Direitos Humanos são um elemento chave na prática do assistente social que atua na EPT, da mesma forma, essa conceituação se aplica a todo o Núcleo Pedagógico e Psicossocial (Napsi) que trabalha dentro da política de permanência e que se empenha pela garantia da efetivação de uma educação emancipatória.

Freire (2023) conceitua a educação como um ato político. Para mais, o autor afirma que “a visão ou compreensão dos direitos humanos e da educação dependem de como eu me vejo no mundo politicamente.” (Freire, 2021, p. 37). Sendo assim, o assistente social, o pedagogo, o psicólogo e o coordenador de assuntos estudantis, para atuarem na EPT de forma emancipatória, precisam compreender a educação como esse ato político no qual os Direitos Humanos devem ser uma prioridade.

Em vista disso, a luta pela inserção do lazer como um dos eixos da política de permanência deve ser uma bandeira levantada dia após dia, mesmo com tantas necessidades e com tantos cortes orçamentários. Isso porque o lazer deve ser um direito garantido na EPT, tanto quanto os laboratórios modernos, as salas de aula confortáveis e a alimentação balanceada.

Em relação aos cortes orçamentários, Anjos (2020, p. 5) afirma que “o projeto de constituir a educação profissional como centro de excelência incomoda os detentores do capital”. A autora ainda comenta que o capitalista almeja colocar em xeque a educação profissional e, para isso, procura “abocanhar literalmente o orçamento destinado aos Institutos e Universidades Federais” (Anjos, 2020, p. 13). Então, retratar sobre lazer em período de cortes acentuados requer uma consciência crítica que reforce seu significado social, político e cultural.

Nesta perspectiva, Soares Neto (2018) afirma que as políticas públicas voltadas para o lazer referem-se a um direito constitucional. Segundo este (2018, p. 97): “No decurso da consolidação dos direitos brasileiros, o lazer sempre veio associado à promoção e inclusão social, ao bem-estar, ao processo de interação entre indivíduos ou mesmo como um meio de combate à violência ou insegurança”. Para o autor, o direito ao lazer engloba o acesso a necessidades básicas em relação ao bem-estar, a interação e a socialização. No entanto, o estudioso lembra que “o lazer, sejam atividades de desporto ou cultural, não é uma realidade comum a todos” (Neto, 2018, p. 98).

---

<sup>5</sup> “La preocupación inicial del trabajador social como profesional tiene como objetivo principal satisfacer las necesidades humanas en este sentido, los derechos humanos son un elemento clave en la práctica profesional[...] Es com este conocimiento profundo de los derechos humanos que los trabajadores sociales colaboran en la definición de las políticas sociales, además de llevarlas a la práctica.”



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ademais, Soares Neto (2018, p. 98) ressalta que o lazer possui um lugar educativo, devido às suas possibilidades pedagógicas, visto que ele proporciona ao sujeito "socialização, desenvolvimento cultural, intelectual e físico; capacidade crítica e transformadora de uma realidade; e ainda incentiva a criatividade".

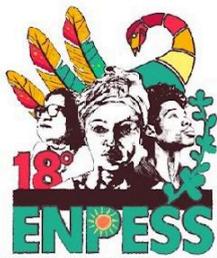
Convém destacar que, ainda segundo Soares Neto (2018), as atividades desportivas constituem apenas uma das vertentes do lazer. Do mesmo modo, comenta o autor (Neto, 2018, p. 108) que "pelo quadro de desigualdade que existe em nosso país, o setor de lazer requer maior investimento da esfera pública visando cumprir o direito grafado na Constituição brasileira", pois ele é "produtor de igualdade para a construção da cidadania" (Neto, 2018, p. 108).

Marcellino (2008) explica que, entre os estudiosos do lazer, existem duas linhas: 1) Os autores que destacam o aspecto *atitude*, concebendo o lazer como um estilo de vida independente de um tempo determinado; 2) Os autores que focalizam o aspecto *tempo livre do trabalho*, mas também de outras exigências, quer familiares, sociais ou até mesmo religiosas.

O lazer considerado como 'atitude' será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente, a satisfação provocada pela atividade. Assim, qualquer situação poderá se constituir em oportunidade para a prática do lazer – até mesmo o trabalho. [...] Já o conceito que restringe o lazer a um tempo determinado [...] uma mesma pessoa pode, num certo período de tempo, desenvolver mais de uma atividade; por exemplo, ouvir música enquanto trabalha. Talvez fosse mais correto falar em tempo disponível [...]. Apesar da polêmica sobre o conceito, a tendência que se verifica na atualidade, entre os estudiosos do lazer, é no sentido de considerá-lo tendo em vista os dois aspectos – tempo e atitude. (Marcellino, 2008, p. 28-31)

Dessa maneira, considerando como tempo e atitude, Marcellino (2008, p. 60) concebe o lazer como veículo da educação e afirma que "as atividades de lazer favorecem, a par do desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, pelo reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade a nível pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento [...]". O autor procura se distanciar de uma análise funcionalista do lazer e comenta que "só tem sentido em se falar em aspectos educativos do lazer se esse for considerado[...] como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social." (Marcellino, 2008, p. 63-64). Ou seja, as pessoas precisam ter mais prazer em viver.

Então, sendo o lazer uma categoria relacionada a tempo e atitude, que contribui para a construção de uma nova ordem social na qual as pessoas tenham prazer em viver, ele aqui é compreendido como uma expressão dos Direitos Humanos, por isso, a luta pela sua implementação na política de permanência na EPT deve ser intensa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

### 3 A LUTA PELO LAZER NA EPT NA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA

Ao discutir sobre a educação, Freire (2022,2023) afirma que ela precisa ser corajosa e que os sonhos consistem em projetos pelos quais deve-se lutar. Nesse sentido, coragem e luta são elementos essenciais para se enfrentar a luta pelo lazer na Política de Permanência na EPT. Esta modalidade de ensino, ainda que de base dualista, historicamente, vem buscando superar essa fragmentação, convergindo para uma educação emancipatória e socialmente referenciada, tendo por base a ampliação do acesso e a garantia da permanência.

Compactuando com esse pensamento, ao estudar a política de permanência estudantil, Silva (2024) afirma que:

Ao abordarmos o acesso-permanência socialmente referenciada estamos nos referindo à compreensão de que a permanência estudantil requer tanto condições materiais quanto subjetivas/imateriais para que os estudantes possam acessar, ser e estar na instituição educacional, que deve garantir que o direito à educação seja condizente com a diversidade cultural, econômica, social e territorial dos estudantes, de modo que se reconheçam e se sintam pertencentes ao território educativo e ao processo de aprendizagem que respeite seus saberes, sua história, valorize sua autonomia e desperte o senso crítico e de solidariedade de classe, com direção social e política dessa permanência. (Silva, 2024, p. 210-211)

Essa colocação de Silva reforça a necessidade de se lutar pelo lazer na política de permanência como forma de possibilitar, a todos os estudantes da EPT, o sentimento de pertença e de valorização cultural e territorial, ampliando as suas condições de aprendizagem e, com isso, a permanência até a conclusão do curso.

A Rede EPT, “após passar por várias reformas, sob diferentes influências e contextos ao longo do tempo”, conforme Oliveira e Frigotto (2022), é hoje um diferencial em todo o Brasil, pois, além de oferecer uma educação emancipatória, possui uma política de permanência em uma perspectiva de formação integral. No seu percurso histórico, transformou-se em um centro de excelência, notadamente, para os filhos e filhas dos trabalhadores. No entanto, vem sofrendo, na atualidade, ataques das políticas de cunho neoliberal implementadas, mesmo assim, vem procurando resistir amparada na percepção de que a coragem e a luta dos seus defensores também fazem parte da filosofia desta rede.

Silva (2024) afirma que a permanência exige uma intensa análise da educação e da sua incorporação em um sistema repleto de contradições, que possibilitem a promoção e o enfrentamento nas escolas “das expressões de situações concretas de desigualdade, opressão,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

racismo, xenofobia, machismo, etarismo, transfobia, aporofobia e tantas outras” (Silva, 2024, p. 211). Posto isso, os espaços de lazer também podem se tornar locais de debates sobre esses temas, de forma dinâmica e criativa. Contudo, a conquista desses ambientes diferenciados requer muita coragem, pois não interessam às políticas neoliberais.

No que se refere à permanência, Carmo, Manhaes e Cola (2018, p. 58) lembram que o acesso e a permanência são “princípios sobre os quais o ensino brasileiro deve ser ministrado e que cada um deles leva o mesmo peso em sua sintaxe e a mesma relevância em suas garantias”, ou seja, um sem o outro não pode existir. Nesse sentido, os autores esclarecem que o acesso deve ser considerado como processo e não como um fato isolado sintetizado na matrícula. Desta forma, o apoio ao estudante deve perpassar toda a sua vida acadêmica, pois a permanência é um direito à aprendizagem.

Conforme Tinto (1993), as instituições de ensino devem ser capazes de discernir de forma confiável como as suas ações impactam as formas de permanência do estudante. O estudioso lembra que o termo “abandono” passou a conectar uma forma de fracasso individual, uma falha da pessoa em estar à altura das exigências da vida acadêmica. Diante disso, a aplicação generalizada dessa nomenclatura pode cegar as escolas para a forma como elas próprias são responsáveis, ao menos parcialmente, pelo abandono dos seus estudantes.

Seguindo essa linha de pensamento, Freire (2021, p. 105) registra que: “Não há evasão escolar. Há expulsão”. Segundo o patrono da educação brasileira (2021, p. 233), “os meninos populares são reprovados e, em seguida, expulsos da escola [...]. Não há evasão coisa nenhuma, há expulsão, a escola expulsa o menino do povo”.

Nesta perspectiva, Carmo, Minhaes e Cola (2018) afirmam que as pesquisas sobre permanência precisam se distanciar das pesquisas sobre evasão. Isso porque a evasão se circunscreve à procura das causas e dos efeitos do ato de sair, enquanto a permanência “se volta para toda uma busca institucional para que o processo de ficar seja olhado a partir de ângulos outros que intervenham na educação que é ofertada ao estudante” (Carmo; Minhaes; Cola, 2018, p. 61). Além disso, é fundamental:

Pensar sobre a permanência, ao invés de na evasão, é pensar nas possibilidades de sucesso, é valorizar o que está dando certo. Quando se muda o olhar do que falta para o que se tem, novas concepções serão apontadas e novos operadores educacionais serão viabilizados para maior compreensão do atual panorama da educação. (Souza & Carmo, 2023, p. 6)

Sendo assim, Carmo, Minhaes e Cola (2018), destacam três pontos fundamentais para que os estudantes permaneçam na instituição: 1) O discente precisa experimentar conhecimentos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

apreciáveis no processo de aprendizagem na sala de aula; 2) O estudante necessita receber suporte da instituição de ensino; 3) O aluno, de forma imprescindível, deve crescer como cidadão dentro da instituição.

Neste sentido, o Núcleo Pedagógico e Psicossocial (Napsi) do IF Baiano Campus Santa Inês, tem procurado atuar nesses três pontos, aproximando-se da sala de aula e dos docentes, oferecendo suporte aos estudantes e trabalhando com ações que fortaleçam a cidadania dos discentes, consciente de que o acesso não é um fato isolado, mas um processo que requer todo o acompanhamento social, pedagógico e psicológico da comunidade estudantil. O Napsi, de forma especial, se aproxima com mais intensidade dos estudantes residentes, tanto em relação ao acesso quanto à permanência. Até porque, antes de adentrarem na residência estudantil, todos os discentes recebem visita domiciliar com o intuito de estreitar as relações com os familiares e de conhecer *in loco* a sua realidade.

O IF Baiano Campus Santa Inês possui, em média, mil alunos e, por demanda espontânea, todos podem ser acompanhados pelo Napsi, porém, os residentes são aqueles que precisam de um apoio mais intenso, tanto os do alojamento feminino quanto do masculino. A faixa etária dos discentes é de 14 a 17 anos. Dessa forma, o fato de estarem afastados do núcleo familiar acaba impactando esses estudantes e levando-os a se aproximarem mais do Napsi. Por isso, dentro dessa perspectiva de indissociabilidade entre acesso e permanência, o suporte aos estudantes residentes se torna prioritário. Portanto, nesse processo de acompanhar o ficar/o permanecer dos estudantes, um programa específico sobre o lazer se torna fundamental.

#### **4 O LAZER COMO PERTENCENTE À EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: metodologia de trabalho para o IF Baiano Campus Santa Inês**

A Política de Assistência Estudantil do IF Baiano traz como um dos seus princípios e diretrizes: “garantia da liberdade de aprendizagem, por meio de articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, bem como do incentivo às **práticas artísticas, culturais, desportivas** e de política estudantil” (IF Baiano, 2019, p. 2, grifo nosso).

Entre os Programas contidos nessa política, encontra-se o de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer – Pincel, que é destinado a todos os estudantes. O IF Baiano possui oito programas e, na divisão dos recursos pela Comissão Local de Assistência Estudantil (Clae), o Pincel é sempre o menos favorecido, sendo liberados, eventualmente, recursos para que os estudantes participem, de forma individual, de concursos desportivos em outros estados. Os professores, anualmente, procuram a Clae para se informar sobre a possibilidade de organizarem eventos culturais com



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

estudantes, mas, quando se deparam com as questões burocráticas para ter acesso ao recurso, acabam desanimando, principalmente porque o campus Santa Inês fica localizado em uma área distante de museus e de outros equipamentos culturais.

Os autores deste artigo atuam há mais de uma década no IF Baiano Campus Santa Inês e têm percebido, nas suas práticas profissionais, o quanto a questão do lazer precisa ser aprimorada no campus. Primordialmente, em relação aos estudantes do ensino médio integrado à educação profissional que moram na residência estudantil, o que representa uma média de 220 alunos. Destes, muitos não vão passar o fim de semana com seus familiares devido à distância das suas cidades de origem, já que alguns estudantes são procedentes de zonas rurais de difícil acesso. Apesar de não se tratar de uma escola de educação do campo, é, sem dúvida, uma escola que oferece uma educação no campo, visto que fica localizada a mais de três quilômetros da área urbana da cidade de Santa Inês, integrante do município classificado como de pequeno porte.

Como uma instituição pluricurricular especializada na oferta de EPT, de acordo com a Lei nº 11. 892/2008 (Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), o campus Santa Inês oferta cursos em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da educação nacional. Assim, oferta quatro cursos de educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de oferta integrada, sendo eles: Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia, Técnico em Alimentos e Técnico em Informática. Além disso, seguindo a Pedagogia da Alternância, oferta o seguinte curso na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA): Técnico em Agropecuária. E, também, na modalidade subsequente, oferece o curso de Técnico em Informática.

No que se refere aos cursos de graduação, o campus oferta dois cursos de licenciatura: Geografia e Ciências Biológicas; um curso de bacharelado: Zootecnia; e dois cursos pós-graduação *Lato Sensu*: Educação de Jovens e Adultos Articulada à Educação Profissional e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

A estrutura das salas de aula e dos laboratórios reflete a qualidade do ensino ofertado. A residência estudantil é destinada aos estudantes do ensino médio integrado e inclui, também, o acesso a três refeições diárias de alto valor nutritivo. Em relato de experiência apresentado no I Congresso Internacional online de Educação Profissional, Territórios e Resistências, e publicado nos Cadernos Macambira, Anjos (2020) afirma que

Vale ressaltar que todos os estudantes que ingressam na Residência Estudantil do Campus Santa Inês recebem visita domiciliar. Não se trata de uma visita

fiscalizatória, mas de um momento de aproximação entre a escola e a família, e de conhecimento da realidade social, das relações familiares e dos conflitos que a perpassam. Realidade esta que reflete a descartabilidade que o sistema capitalista pretende impor sobre a classe trabalhadora [...] 93% dos estudantes ingressantes em 2020 são provenientes de escola pública [...] 78% dos estudantes residentes ingressantes possuem renda per capita inferior a 50% do salário mínimo. (Anjos, 2020b, p. 5-7)

Diante desta realidade, surge, então, um outro questionamento por parte dos profissionais e do grêmio estudantil, que é muito próximo da equipe: Será que estudantes, na faixa etária entre 14 a 17 anos de idade, que se afastaram do seio familiar para ter acesso a uma educação socialmente referenciada estão preparados para enfrentar em torno de 19 disciplinas em um ano letivo sem ter seu direito ao lazer garantido? Será que somente salas com cadeiras muito confortáveis, laboratórios ultraequipados e alimentação diferenciada são suficientes para garantir a permanência desses adolescentes na instituição de ensino? Será que o lazer para esses estudantes é um inédito viável inatingível ou um projeto a caminho da educação emancipatória?

Conforme o pensamento de Pouzas (2012, p. 28), é necessário perceber que o lazer é um veículo da educação, pois colabora para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, contribuindo para uma educação comprometida com a transformação social, pois “as pessoas conseguem ampliar ainda mais suas habilidades, seus conhecimentos e suas sociabilidades”. O autor ainda destaca que a busca pelo lazer na escola enfrenta uma forte tensão para que o estudante saiba “lidar com os inúmeros atributos escolares aos quais é submetido. Dessa maneira, a busca por vivências de lazer, dentre outras atividades, constitui emergências de um cotidiano sobrecarregado de tarefas” (Pouzas, 2012, p. 67).

Exatamente no sentido de amenizar esse cotidiano sobrecarregado de tarefas, o IF Baiano Campus Santa Inês, antes do agravamento dos cortes orçamentários por parte do governo federal, fez aquisição de materiais referente a um cinema para os estudantes residentes. Foram adquiridos todos os equipamentos, inclusive as cadeiras específicas, e o Napsi coordenou o Projeto Cine IF. No entanto, o cinema só comportava 27 estudantes por sessão.

Semanalmente, os residentes eram convidados a participar de uma enquete sobre o filme da semana e, com muito entusiasmo, acompanhavam as sessões que eram supervisionadas pelo psicólogo que, após o filme, dialogava com os estudantes sobre o enredo, abrindo debates sobre relações de classe, raça e etnia. A avaliação dos estudantes era bastante positiva, eles verbalizaram que amavam o projeto e se envolviam com muita intensidade.

O Projeto Cine IF funcionou de 2017 a 2020 e foi um diferencial no campus, sendo suspenso no início da pandemia. Atualmente, o projeto precisa ser revitalizado, pois como os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

aparelhos ficaram parados durante mais de dois anos, o seu funcionamento ficou prejudicado. Além disso, a instituição necessita disponibilizar um espaço físico mais adequado, em virtude de ter sido instalado o cinema em uma sala pequena da biblioteca.

Ressalta-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Resolução 117/2021, registra que o IF Baiano tem sua origem a partir das escolas agrícolas. Ademais, “[o] IF Baiano trabalha buscando o compromisso social e cultural [...] proporcionando itinerários formativos com foco na verticalização dos estudos, pensando na formação integral do (a) estudante [...]” (IFBaiano, 2021, p. 29). Assim, o IF Baiano apresenta como um dos seus valores a “valorização dos (as) discentes, promovendo a formação integral, a permanência e o êxito” (IF Baiano, 2021, p.30).

Logo, fica claro, diante da legislação institucional, que o inédito viável do lazer faz parte da filosofia do IF Baiano. Até porque, uma das vertentes da formação integral dos (as) discentes registrada nesse documento é o incentivo à cultura, ao esporte e ao lazer.

Sendo assim, o Napsi do IF Baiano Campus Santa Inês apresenta uma proposta metodológica referente a um Programa de Lazer para os Estudantes Residentes (Pler). O programa destina-se aos estudantes que moram na residência estudantil do referido campus e será coordenado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial, composto pelos seguintes profissionais: assistente social, pedagoga e psicóloga, como também o coordenador de assuntos estudantis. O grêmio estudantil prestará assessoria ao Napsi no desenvolvimento do Pler.

O Pler tem como objetivo possibilitar que o estudante residente permaneça na instituição, ampliando suas habilidades, seus conhecimentos e suas sociabilidades, visando, dessa maneira, a promoção do seu bem-estar social, acadêmico e emocional. As ações do Pler estarão condicionadas à disponibilidade orçamentária, logística, infraestrutural e de recursos humanos do campus. Todavia, parcerias com academias da região e até com as prefeituras serão buscadas.

Inicialmente, o Pler engloba dez ações:

1. Reativação do Cine IF em espaço arejado e com debates de temáticas referentes a relações de classe e raça/etnia, com encontro semanal;
2. Realização de debates com o grêmio estudantil para discussão de ações voltadas para o lazer dos estudantes residentes;
3. Organização de uma sala de jogos educativos em espaço apropriado;
4. Oferta de aulas de zumba e aeróbica para os (as) estudantes residentes;
5. Oferta de aulas de boxe e muay thai para os (as) estudantes residentes;
6. Compra de equipamentos para aquisição de aparelhos de musculação e cárdio

para os estudantes residentes, supervisionada por um professor contratado;

7. Promoção de feiras educativas referentes a temáticas definidas pelos estudantes residentes;

8. Promoção de festivais de música sobre temas referentes a relações de classe e raça/etnia;

9. Intercâmbio com os estudantes residentes de outros campi do IF Baiano, com direito a visita às atrações turísticas das cidades dos campi;

10. Construção de uma Piscina Semi Olímpica, com parceria de projetos como o “Segundo Tempo” que possibilitou aos campi Senhor do Bonfim e Catu do IF Baiano a edificação da piscina. Após a construção do espaço educativo, será realizada uma parceria com o Centro Universitário Leonardo da Vinci, na cidade de Jequié, para que os estudantes do curso de Educação Física que moram no município de Santa Inês desenvolvam projetos para os estudantes residentes do campus Santa Inês, supervisionados pela faculdade.

Diante do exposto, acredita-se que essa proposta de programa é um inédito viável possível, pois faz parte de uma política de permanência inserida em uma educação emancipatória, na qual os estudantes residentes são sujeitos sociais que resistem aos ataques neoliberais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para os direitos humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização [...] com vistas à reinvenção do mundo. (FREIRE, 2021, p. 39-40)

Quando Freire (2021) convida os sujeitos sociais a reinventarem o mundo, ele tem a certeza de que o assistente social, o pedagogo, o psicólogo e o gestor são tão sujeitos neste processo quanto os estudantes, que jamais poderão ser vistos como objetos. Todos são despertados para a luta contra o desmonte que o capital financeiro traça cotidianamente contra a EPT e essa trilha requer mobilização, denúncia e muita ousadia.

Seguindo esse caminho, este artigo procurou demonstrar que a educação emancipatória requer coragem e uma consistente análise das contradições que perpassam a EPT na garantia dos direitos humanos dos estudantes e, de forma especial, daqueles que moram na residência



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

estudantil. Mesmo em uma época em que os cortes orçamentários são intensificados, compreender o lazer como uma prioridade é realmente um ato de bravura e, até, de valentia, diante de tantos ataques das políticas neoliberais.

A EPT tem dado respostas a essas afrontas ao buscar produzir uma educação emancipatória e de qualidade socialmente referenciada. Posto isso, uma das formas que a EPT utiliza para enfrentar as afrontas neoliberais é produzindo conhecimento, mostrando o seu diferencial enquanto rede de ensino: teses, dissertações, artigos científicos. Produções técnicas têm provado o quanto a EPT oferece uma educação diferenciada.

Por isso, pensar em um programa de lazer para os estudantes de uma residência estudantil em um campus localizado em uma cidade pequena no interior da Bahia é um inédito viável possível. Isso porque se trata de uma rede nacional que tem demonstrado a capacidade de ofertar laboratórios de excelência e salas de aula modernas, com professores mestres e doutores. Além disso, um suporte pedagógico e psicossocial para a comunidade acadêmica que não precisa apenas ter acesso, mas permanecer.

Permanecer vendo seus direitos humanos respeitados e valorizados. Permanecer com bem-estar social, emocional e acadêmico. Permanecer mostrando que estuda em uma rede que oferta educação socialmente referenciada. Permanecer se mobilizando e gritando “Tira a Mão do Meu IF”. Permanecer enfrentando as relações de classe e raça/etnia na luta pela construção de uma nova sociedade, justa e igualitária. Permanecer reinventando o mundo e lutando por inéditos viáveis.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Nivia Barreto dos. Os Ataques à Educação da Atualidade. In: **Cadernos do CEAS, Revista crítica de humanidades**, v.45, n. 249, p. 01-18, 2020a. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2020.n.p186-203>

ANJOS, Nivia Barreto dos. A Semente da Formação Humana Integral na Residência Estudantil do IF Baiano Campus Santa Inês. In: **Cadernos Macambira**. v.5, n.2, 2020. Anais do I Congresso Internacional online de Educação Profissional, Territórios e Resistências, 21 a 30 de setembro de 2020. Serrinha - BA, p. 1-10, 2020b.

**BRASIL**. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnológica, e dá outras providências.

CARMO, Gerson Tavares do; MANHAES, Elane Kreile; COLA, Maria Luiza Terra. Pistas Sobre a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Permanência Estudantil: Iniciativas de um núcleo de pesquisa por uma sociologia da permanência na educação a partir de Vicent Tinto. In: **[SYN] THESIS**. Rio de Janeiro, v. 11, p. 54-63, jan/jun, 2018. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Maria Irene de. Sistema Educativo e Serviço Social nas Escolas: Breve Introdução. In: CARVALHO, Maria Irene de (Org). **Serviço Social em Educação**: Pactor, p. 01-15, 2018.

FERREIRA, Jorge; ROCHA, Helena; FERREIRA, Paula; PÉREZ, Pablo. Derechos Humanos y Justicia Social en La Formación de Trabajo Social. In: DIEZ, Esther Raya; SELLER, Enrique Pastor. **Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovación Social**. Gobierno de La Rioja. Thomson Reuters Aranzado. 1. ed. Navarra, p. 287-300, 2016.

FREIRE, Ana Maria A. Notas Explicativas. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 21. ed. São Paulo. Paz e Terra, p. 273-333, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 21. ed. São Paulo. Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e Educação Libertadora**.: Gestão Democrática da Educação Pública na Cidade de São Paulo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

IF Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional IF Baiano**. PPI 2021-2025. Democracia, Cooperação e Governança. Resolução 117/ 2021.

IF Baiano. **Política de Assistência Estudantil**. Resolução 01/ 2019.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. 13. ed. Papirus: Campinas, SP, 2008.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da EPT e sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. In. **As bases conceituais na EPT** [livro eletrônico] / organização Cláudio Nei Nascimento da Silva, Daniele dos Santos Rosa. -- 1. ed. -- Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021. PDF. p. 13-27. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/article/view/221/232>. Acesso em: 28 maio 2024.

ONU – Organização das Nações. **Direitos Humanos e Serviço Social**: Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social. Santa Maria de Feira, Portugal: Rainha & Neves, 1999.

PARO, César Augusto; VENTURA, Mirian; e, SILVA, Neide Emy Kurokama. Paulo Freire e o Inédito Viável: Esperança, Utopia e Transformação na Saúde. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-doi00227>.

POUZAS, Ubiratan Santos. **Lazer, Juventude e Ensino Médio/Técnico**: Um estudo sobre as tensões estabelecidas entre os processos de escolarização e lazer na Coltec. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-Graduação em Estudos de Lazer, 2012. (126 p.) –



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Dissertação.

SILVA, Williana Ângelo. **Para além da “Eva viu a Uva”**. O colher e o Semear sobre o caráter político-pedagógico e o trabalho socioeducativo de assistentes sociais. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2024. (291p.) – Tese.

SOARES NETO, Raimundo Nonato de Araújo. A Importância do Lazer no Contexto Social: Elementos para o desenvolvimento e consolidação de políticas públicas. In: **Mediação**, Pires do Rio – GO, v.13, n.1, p. 96-111, jan-jun, 2028.

SOUZA, Rozana Quintanilha Gomes, CARMO, Gerson Tavares de. Permanência Escolar: uma revisão bibliográfica. In: **Conedu** – VIII Congresso Nacional de Educação. João Pessoa – PB, p. 1-11, outubro de 2023.

TINTO, Vicent. Leaving College. **Rethinking the causes and cures of student attrition**. Second Edition. The University of Chicago Press, 1993.